

## CONHECIMENTO POPULAR E SABER CIENTÍFICO. CAMINHOS DE CURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX \*

Liane Maria BERTUCCI-MARTINS

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Durante a segunda metade do século XIX e início do XX o conhecimento científico espalhou-se, pouco a pouco, pela sociedade brasileira, marcado pela forma como os doutores alardeavam estar solucionando muitos dos problemas do Brasil: a ciência, ancorada nas descobertas microbianas, estaria acabando com a febre amarela e progressivamente nocauteava a varíola, entre outros feitos repetidamente lembrados.<sup>1</sup> Neste complexo processo, os embates com outros saberes de cura não faltaram e o saber científico, que então buscava sua consolidação, foi mesclado, em alguns momentos, com práticas populares de cura, a chamada “medicina popular”, e em outros foi utilizado na tentativa de conhecer e controlar diferentes conhecimentos sobre a saúde e a doença.<sup>2</sup> Vejamos exemplos desses dois momentos: o caso de Adhemar Marques Teixeira e o do dr. F.C. Hoehne, botânico do Instituto Butantã de São Paulo.

Durante a epidemia de gripe espanhola de 1918 na cidade São Paulo, capital do estado, um morador do bairro da Penha escrevia a vários jornais fornecendo a receita que durante anos o havia resguardado, bem como sua família, das gripes que anualmente atormentavam os moradores de São Paulo. Afirmava o solícito habitante da Capital, que há tempos ninguém em sua casa ficava gripado devido ao uso do alho e cebola crus, mastigados durante as refeições. Dois ou três dentes de alho ou um pedaço grande de cebola eliminavam nos adultos o risco de contrair a doença ou acabavam com

---

\* Este texto é uma parte alterada do trabalho “Doutores e leigos: difusão e assimilação do discurso científico na São Paulo do início do século XX”, apresentado no 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica (Évora/Aveiro, Portugal), 2000 e seus dados, modificados, estão em: BERTUCCI, Liane Maria. Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002 (Tese de doutorado)

<sup>1</sup> Extensa e diversificada é a bibliografia sobre como o conhecimento científico esteve presente na sociedade brasileira nos final do século XIX início do XX. Entre outras: BERTUCCI, Liane Maria. Saúde: arma revolucionária. São Paulo 1891-1925 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997. CHALHOUB, Sidney. Cidade febril São Paulo: Companhia das Letras, 1996. RIBEIRO, Maria Alice R. História sem fim ... Inventário da saúde pública São Paulo: Ed. UNESP, 1993

<sup>2</sup> Neste trabalho, “medicina popular” (e seus remédios) são práticas de cura realizadas, utilizadas ou indicadas por pessoas “especializadas” (curandeiros, ervanários etc.) ou não (como as donas-de-casa) que a medicina oficial desqualifica. Práticas de cura que integram universos culturais dinâmicos (muitos deles religiosos), podendo constituir uma forma de perceber e se relacionar com o mundo, até mesmo com a medicina oficial.

Vários, e com diferentes enfoques, são os trabalhos que tematizaram a “medicina popular” ao longo dos anos, entre eles: ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina rústica 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. CABRAL, Oswaldo. “A medicina teológica e as benzeduras”. Separata da Revista do Arquivo São Paulo, nº CLX, p.1-204, 1958. KRUG, Edmundo. “Deus e os santos na superstição brasileira” Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo São Paulo, 1927, vol. XXIII, 1925, p.157-207. LAPLANTINE, François e RABEYRON, Paul-Louis. “A medicina popular”. In: Medicinas Paralelas São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 49-54. LOYOLA, Maria Andréa. Médicos e curandeiros. Conflito social e saúde Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1984 e “Medicina popular”. In: GUIMARÃES, Reinaldo (org.) Saúde e medicina no

a moléstia dos enfermos de gripe depois de algumas “doses”. Entretanto, as considerações do senhor Adhemar Marques Teixeira, este era o nome do morador da Penha, não se limitavam a reprodução de uma prática provavelmente herdada de outros homens, tempo e lugar e julgada eficiente por sua utilização cotidiana. Finda a prescrição dos vegetais, o paulistano passava a tecer comentários científicos sobre a prática que divulgava. Escrevia sobre o sulfureto que o alho e a cebola continham, uma substância volátil, microbicida e cicatrizante, que seria absorvida com rapidez pelo organismo e era eficaz no combate até da tuberculose — como indicava artigo que lera em revista médica sobre a experiência de doutores norte-americanos. O próprio Teixeira afirmava ter indicado com sucesso o uso do alho a um tísico. Recomendava pois a utilização do alho e da cebola por julgar prestar um serviço à causa pública no período funesto da epidemia de gripe espanhola que a cidade de São Paulo vivia.<sup>3</sup>

O recurso à ciência por homens como o senhor Adhemar Marques Teixeira, legitimando muitas fórmulas caseiras de cura, era incentivado, de maneira mais ou menos direta, desde a segunda metade do século XIX, pelas “propagandas” dos feitos científicos e também pela publicação e reedições dos dicionários de medicina doméstica e formulários médico-farmacêuticos. A divulgação que essas publicações faziam de termos científicos concorreu para a assimilação, por pessoas de diferentes classes, de uma linguagem especializada e para a normatização do emprego terapêutico de ervas e raízes usadas no preparo das mais variadas mezinhas. Frequentes são as descrições sobre indivíduos que recorriam, por exemplo, ao Diccionario de Medicina Popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz ou ao Diccionario de medicina domestica popular do dr. Theodoro Langgaard, para preparar remédios e tratar enfermos.<sup>4</sup>

Na São Paulo do início do século XX, o uso de vegetais para preparar medicamentos caseiros, tanto quanto a consulta aos dicionários de medicina doméstica, eram procedimentos corriqueiros. Em 1922, ganhava sua segunda edição O medico no lar. Diccionario popular de medicina de urgencia de Renato Kehl e Eduardo Monteiro, doutores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Academia Paulista de Medicina. Destinado aos leigos, o livro aconselhava o que fazer em casos de acidentes ou moléstia até a chegada do médico. Em linguagem “acessível a qualquer leitor, mesmo pouco letrado”, davam a definição, etiologia, sinais clínicos e

---

Brasil:contribuição para um debate 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.225-232. NEVES, Delma Pessanha. As “curas milagrosas” e a idealização da ordem social Niterói:UFF-CEUFF/PROED,1984.

<sup>3</sup> “O alho e cebola” A Platéia São Paulo, 24 de outubro de 1918, nº 116, ano XXXI, p.2

“Uma receita útil - o alho e a cebola” A Capital São Paulo, 25 de outubro de 1918, nº 137, ano VII, p.3

Na história da humanidade, comida e temperos foram constantemente associados à saúde, sua manutenção e restauração. Veja: MAZZINI, I. “A alimentação e a medicina no mundo antigo” e FLANDRIN, J.-L. “Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI”. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. História da Alimentação São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.254-265 e 478-495

<sup>4</sup> Sobre a utilização dos dicionários e formulário Chernoviz e Langgaard, veja: DUARTE, Paulo. Memórias. As raízes profundas 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1975, vol.1, p. 106-107. NAVA, Pedro. Chão de Ferro 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Memórias 3, p. 144

tratamento de cada enfermidade. Livro para os “chefes de família”, que procurava acabar com a ação daquelas pessoas que, “ por ignorância (...) julgam de médico ter um pouco, e não hesitam em ministrar as mezinhas de antanho com todo o seu empirismo”. Kehl e Monteiro advertiam:

“Não podemos, entretanto, deixar de considerar o seguinte: este livro absolutamente não foi feito para charlatães, nem para que se dispense a assistência médica. O facultativo deverá sempre ser chamado e um pai ou uma mãe praticará uma séria inadvertência se, confiado nas explicações dadas neste livro, quiser, sem mais, tratar um doente seu. Não se julgue que a medicina, ciência-arte difícilíssima, possa ser aprendida com a leitura das páginas que se seguem.”<sup>5</sup>

Em 1843, no prólogo da primeira edição em português de seu Diccionario de medicina popular, Chernoviz escrevia:

“Bem que o pleno exercício da medicina exija estudos aprofundados e atilado critério, não é menos verdade que existem muitas coisas relativas à arte de curar, cujo conhecimento pode ser facilmente adquirido por todos os homens, e em que podem noções simples po-los em estado de serem úteis à sociedade. “(...) não haverá quem negue que se possam difundir pelo povo conselhos para conservar a saúde e prevenir as moléstias; inculcar os preceitos relativos ao clima, às habitações, aos vestidos, aos alimentos, às bebidas, aos exercícios, às profissões, ao sono, à vigília, às paixões, à idade, às diferentes funções; combater erros nocivos à saúde que reinam nas diferentes classes da sociedade, e acautelar o público contra o charlatanismo. “É preciso somente saber fazer a distinção entre o que as pessoas estranhas à arte de curar devem conhecer, e o que é inútil e até perigoso querer ensinar-lhes.(...) | Ministrar | as luzes que lhes podem ser úteis, sem contudo pretender iniciá-las em todos os dogmas de uma ciência difícilíssima. Descrevo igualmente a preparação dos remédios caseiros, e noto as substâncias medicamentosas que se devem ter em casa.”

Na segunda edição daquela obra, oito anos depois, Chernoviz afirmava:

“ Todos sabem que o médico, em uma simples visita, não pode dar todos os conselhos sobre mil particularidades que os doentes devem saber: este livro lhes servirá de guia em várias circunstâncias da vida; nele acharão preceitos e consolações. Esta obra é útil portanto, não só para os habitantes da roça que moram longe dos médicos, como também para os moradores das grandes cidades.”<sup>6</sup>

Chernoviz, Kehl e Monteiro, entre os autores o mesmo respeito pela chamada “ciência médica” (“difícilíssima”, foi o adjetivo utilizado), o mesmo ataque ao “charlatanismo”. Mas, para o autor do final do século XIX, compartilhar conhecimentos (básicos) da verdadeira arte de curar

<sup>5</sup> KEHL e MONTEIRO. O medico no lar. Diccionario popular de medicina de urgencia 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p.5-6

<sup>6</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Diccionario de Medicina Popular 2ª ed. Rio de Janeiro:Eduardo & Henrique Laemmert, 1851, v.1, p.IX-XI e 7-8

significava dotar de relativa autonomia a população, da roça ou da cidade, quando o tema era saúde e doença, inclusive normatizando hábitos e práticas populares de cura — o que combateria os charlatães. Enquanto para Kehl e Monteiro, décadas depois, ensinar tratamentos em casos de moléstias e os mais adequados procedimentos em casos de acidentes, era principalmente uma forma de indicar a maneira correta de esperar pela presença, sempre necessária, de um doutor em medicina, o único detentor do saber efetivo sobre a saúde e a doença — isto combateria o charlatanismo.

O Chernoviz continuou sendo lido e utilizado pelas pessoas no início do século XX, mas a cisão entre aqueles que detinham o saber científico da cura e os outros, anunciada de maneira sutil nas páginas iniciais de O medico no lar, espelhava uma outra época: aquela em que a vulgarização de conhecimentos científicos sobre a saúde estaria ligada a segregação cada vez mais contundente de seus formuladores e legítimos manipuladores.

Nesse processo a questão do “charlatanismo” ganhou diferentes nuances. Em 1920 o botânico F.C. Hoehne, do Instituto Butantã, publicou o resultado de um estudo feito por determinação do diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. O diretor, dr. Arthur Neiva, pedia informação urgente sobre o que vendiam os ervanários da cidade de São Paulo: era a ciência médica querendo entender, avaliar e enquadrar outros saberes de cura. Comerciantes, curandeiros, charlatães: distinguir os homens, controlar seus atos.<sup>7</sup>

A utilização de ervas e raízes nas primeiras décadas do século XX era comum na Capital. São Paulo possuía diversos vendedores desses produtos, fornecedores de matéria prima para o preparo de uma poção (de médico ou leigo) ou de mezinhas contra os achaques que mais afligiam os moradores da cidade. Instalada durante anos na rua São João nº 140, a ervanária Paulista era um desses locais. Nas propagandas, o estabelecimento se autodenominava o “mais bem montado do Brasil” e em sua pretenciosa afirmação revelava a prática de muitos moradores da Capital ao comentar: “aí se encontram todas as plantas medicinais que careceis em vossas casas para um medicamento de urgência.”<sup>8</sup>

Mas estes estabelecimentos comerciais revelavam mais. As ervanárias da cidade de São Paulo vendiam folhas e raízes variadas, muitas diretamente chegadas do sertão; mel, azevim de Lisboa e sabão da Costa (o melhor para a pele) importado da África. Anunciavam balas de limão bravo e mel de jataí, para combater a tosse e as dores do peito; banha de capivara, quati e raposa para ungüentos, além dos chás: de erva tostão para doenças do fígado e dos rins, das cinco folhas que curava gonorréia, doenças da bexiga e do útero, de erva grossa contra reumatismo e de catuaba

---

<sup>7</sup> HOEHNE, F.C. O que vendem os hervanarios da cidade de S.Paulo São Paulo:Casa Duprat, 1920.

<sup>8</sup> “V. Excia. já visitou ...” A Capital São Paulo, 29 de maio de 1923, nº 16, ano XIII, p.4. Veja: “Ervanária Paulista” A Platéia São Paulo, 29 de dezembro de 1917, nº 181, ano XXX, p.3 e “Ervas medicinais” O Estado de S.Paulo São Paulo, 1º de janeiro de 1918, nº 14.249, ano XLIII, p. 14

que combatia a impotência, entre tantos outros.<sup>9</sup> Havia o comércio de figas de arruda e guiné, pimenta da Costa (utilizada em adivinhações e na comida dos Orixás), ori (manteiga vegetal do óleo de babaçu usada nos pratos de Oxalá), orações, santos e defumações completas (onde não faltava o misterioso pó egípciano), que denunciavam a presença de elementos das crenças e práticas de cura africanas na Capital. Propagandas do guaraná dos índios Maués, do Chá da Campanha, que continha a (não nomeada) planta sagrada dos índios, e do preparado Bororo contra inchações, eczemas e outros males, revelavam aspectos da cultura indígena sobre os males do corpo e da alma que sobreviviam na cidade. Manipuladas comercialmente pelos donos de ervanárias essas tradições eram por eles incorporadas quando o assunto era ervas e raízes, suas propriedades e os negócios que possibilitavam. A fusão da credence com os interesses econômicos é patente:

“Aproxima-se a época mais propícia (sábado de Aleluia, ao meio dia) para proceder a uma defumação completa em sua casa, livrando-a dos males de *inveja*, *mau olhado* e de quaisquer outras influências maléficas a que todo ser humano está sujeito — e para tal fim está naturalmente indicado o único, afamado e verdadeiro DEFUMADOR AFRICANO (de Tehivona), conjunto fortíssimo que produzirá uma atuação de sorte e tranqüilidade. Quem não quiser ser “embrulhado”, comprando uma coisa por outra, adquira diretamente em nossa casa Ervanária do Guaraná (...). Viajante para o interior do Estado: A. Muccli”

“... é excusado a concorrência andar de *olho grande* “rondando” o movimento de nossa casa [a ervanária do Guaraná], porque, diz a sabedoria do provérbio: o que tiver de ser nosso às nossas mãos vira ! Portanto esses “trouxas” podem continuar no ridículo papel de montar guarda à nossa casa, pois nada conseguirão, mormente aqui em casa ... especialista em artigos africanos, indígenas (...)”<sup>10</sup>

Um dos nomes mais freqüentes entre os de proprietários dos estabelecimentos comerciais daqueles produtos era Cecílio Lopes e Companhia. Fornecedoras, segundo diziam, das plantas medicinais utilizadas por várias farmácias e drogarias, as ervanárias Santa Isabel e Paulista, lojas do grupo, distribuíam catálogos aos clientes e remetiam o produto desejado para quem não morasse na

<sup>9</sup> Confira: Diário Popular São Paulo, 1º de maio de 1917, nº 11.258, ano XXXIII, p.3 e 14 de março de 1918, nº 11.548, ano XXXIV, p. 5. O Estado de S.Paulo São Paulo, 23 de outubro de 1919, nº 14.903, ano XLV, p.11; 1º de março de 1920, nº 15.031, ano XLVI, p.8 e 1º de agosto de 1920, nº 15.181, p.19 e 21 de maio de 1921, nº 15.469, ano XLVII, p.10. Produtos vindos da Índia foram poucas vezes mencionados.

A Garrafada do Sertão, composta de 20 ervas (entre elas salsaparrilha, sassafrás e cabeça-de-negro), talvez o mais famoso produto associado ao interior do país, era anunciada como preparada por um farmacêutico do sertão de Pernambuco e comercializada nas farmácias e drogarias para a cura da sífilis e “sangue viciado”.

<sup>10</sup> “Aleluia ! ... Aleluia ! ...” O Estado de S.Paulo São Paulo, 9 de abril de 1924, nº 16.506, ano L, p.10 (Tehivona era uma marca registrada) e “Praga de urubú ! ...”, 11 de dezembro de 1923, nº 16.389, ano XLIX, p.10. Algumas propagandas da ervanária do Guaraná tinham como título “Siga o bugre ! ...”

Confira: A Platéia São Paulo, 9 de janeiro de 1917, nº 189, ano XXIX, p.6 e 7 de fevereiro de 1917, nº 218, p.3. Diário Popular São Paulo, 7 de janeiro de 1918, nº 11.492, ano XXXIV, p. 5 e 27 de julho de 1921, nº 12.574, ano XXXVII,

cidade de São Paulo, como também fazia a ervanária do Guaraná. A disputa pelo mercado parecia acirrada. Ao longo dos anos a organização do grupo de Lopes e sócios aparentemente mudou e outros nomes surgiram: F. Molino, M. Moreno ocuparam espaço nas propagandas das ervanárias e o de Cecílio Lopes foi desaparecendo para ressurgir ligado à ervanária Bahiana, da avenida Rangel Pestana nº 352, onde um certo Plácido Lopes também havia atuado.<sup>11</sup>

Estabelecidos em lojas grandes e bem arrumadas, como as das ruas General Carneiro, Santa Efigênia e Conselheiro Crispiniano, em pequenos cômodos do Mercado Velho ou entre os transeuntes do Largo do Arouche, os vendedores de raízes e ervas estavam presentes por toda a São Paulo e para cada enfermidade tinham a cura. A empreitada do dr. Hoehne não era fácil, mas durante seu trabalho o botânico havia contado com a “amabilidade e prontidão” de Cecílio Lopes, que, na época, abriu as portas da casa comercial Santa Isabel onde foram analisados vários dos produtos comumente encontrados nos estabelecimentos que comercializavam ervas, raízes e outras especialidades. O grande intento de Hoehne era a identificação, organização e classificação nos moldes científicos daquilo que considerava uma rica herança deixada por índios e negros. Tarefa para muitos anos e diversos homens.

Reconhecendo o saber daqueles que lidavam com os produtos que pretendia estudar, o botânico detinha-se na análise da figura do curandeiro, nome pelo qual também eram conhecidos alguns dos comerciantes que se especializavam em ervas e raízes:

“(…) o [curandeirismo] praticado aqui pelos nossos curandeiros é uma coisa herdada dos costumes africanos e daqueles dos nossos indígenas. Que nesta prática nem tudo deve ser condenado, é coisa óbvia. Olhando especialmente para a terapêutica vegetal praticada por estes homens, e considerando a grande e sempre crescente procura e aceitação que ela vai tendo por parte do público, somos obrigados a confessar que cremos na sua utilidade.”<sup>12</sup>

Continuando suas considerações, declarava a importância das casas que faziam o comércio criterioso e consciente dos vegetais medicamentosos e perguntava quem poderia efetivamente censurar a venda de amuletos, figas, rezas, benzeduras (que chamava de “bugigangas”) feita pelos ervanários em um país onde as crenças, ao contrário do que acreditavam alguns, estavam presentes em todas as classes sociais, até nos grupos que se diziam mais cultos. Segundo o botânico, os brasileiros ainda não haviam chegado a um grau de adiantamento capaz de avaliar a nulidade destas práticas e a abundância nos grandes centros de curandeiros e charlatões refletiria essa realidade.

---

p.5. O Estado de S.Paulo São Paulo, 21 de dezembro de 1920, nº 15.323, ano XLVI, p.10 e 4 de junho de 1922, nº 15.840, ano XLVIII, p.12. O Combate São Paulo, 10 de julho de 1922, nº 2131, ano V, p.2

<sup>11</sup> Veja: O Estado de S.Paulo São Paulo, 18 de dezembro de 1917, nº 14.236, ano XLIII, p.13; 5 de abril de 1921, nº 15.424, ano XLVII, p.12; 7 de março de 1922, nº 15.755, ano XLVIII, p.9; 22 de dezembro de 1923, nº 16.400, ano XLIX, p.14 e 6 de abril de 1924, nº 16.503, ano L, p.18. A Platéia São Paulo, 30 de março de 1919, ano XXXI, p.4. O Combate São Paulo, 5 de maio de 1923, nº 2.373, ano IX, p.4 e 4 de agosto de 1924, nº 2.736, ano X, p.2. Jornal do Commercio São Paulo, 18 de outubro de 1924, nº 348, ano VIII, p.7

<sup>12</sup> HOEHNE, F.C. Op. cit., p.13

Para Hoehne, os próprios médicos teriam uma parcela de culpa por esse estado de coisas, ao condenarem, por desconhecimento ou falsas idéias, todas as ervas e raízes que eram vendidas pelas cidades.<sup>13</sup>

Em sua persistência em assinalar a necessidade de se conhecer as ervanárias de São Paulo, Hoehne tentava mostrar respeito por aquele universo de cura desde que expurgado das crenças que o compunham. Reconhecendo que eram “muito raras as casas deste gênero que negociam conscientemente”, o pesquisador do Instituto Butantã descrevia algumas ervanárias da Capital. Paralelamente aos elogios para Cecílio Lopes e Companhia, o botânico falava com reprovação dos pequenos cômodos dos ervanários do Mercado Velho de São Paulo:

“Se tentássemos penetrar sob uma daquelas meias águas de telha e zinco em que os ervanários do Mercado Velho expõem as suas mercadorias verificaríamos ser isto uma empresa de difícil execução. Por entrada possuem uma espécie de porta formada por amarrados de ervas, cestos com sementes, vidros sebertos com óleos ainda mais repugnantes, e de coberta pendem resequidos ramos ou feixes de cipós em mistura com estorricadas peles de cobra, jacarés, lagartos, tatús e molhos de cebolas, entre os quais teríamos de nos esgueirar, evitando ainda as cestas diversas, vidros de óleos, pastas de cera da terra etc., em profusão no assoalho, com o risco de furarmos o chapéu de encontro as muitas couraças de tatú ou derrubar uma daquelas pilhas mal fixadas (...).

E, chegando lá dentro, encontrar-nos-íamos em um ambiente quase completamente escuro, impregnado pelo odor das ervas empilhadas em molhos e sacos, em mistura com o das peles frescas dos tamanduás ou das caveiras de jacarés que ainda completam a exsicação, e pouco poderíamos ver neste acanhado corredor, formado com a própria mercadoria, que só permite a passagem de uma pessoa.”

“Muito conviria que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio, evitando assim o perigo que representa uma tal falta de higiene, e que se regulamentassem não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação, mas ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado ou ludibriado por indivíduos pouco escrupulosos que se entregam por vezes a esta indústria. E se nesse regulamento fosse ainda prevista a necessidade de identificação científica de cada espécie vegetal exposta à venda, fácil seria à Polícia e a Saúde Pública controlar a ação dos ervanários e curandeiros e muito teria o País a lucrar com um serviço desta natureza.”<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Idem, p. 14 e 15. No trabalho Vegetaes anthelminticos ou enumeração dos vegetaes empregados na medicina popular como vermífugos São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920, Hoehne já lastimava o desprezo dos médicos pela chamada terapêutica indígena e popular e defendia o estudo científico, especializado e sistemático, dos vegetais do país, algo fundamental para a utilização dos recursos nativos e para reassegurar a independência do Brasil enquanto nação. Estudo sobre as plantas terapêuticas da terra foi realizado por Theodoro e Gustavo Peckolt Historia das plantas medicinaes uteis do Brazil Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & Cia, 1888

<sup>14</sup> HOEHNE, F.C., p. 214 e 215, 24 e 25

Avaliação e proposta de um doutor da ciência. Entretanto, ao longo dos anos, os homens e mulheres das ervas e raízes freqüentemente mudaram os nomes dos produtos que vendiam e, muitas vezes, se recusavam a fornecer informações sobre suas mercadorias, não apenas resguardando um negócio lucrativo, mas também para manter vivo valores e práticas que haviam atravessado gerações e que a ciência pretendia controlar.<sup>15</sup> Presentes tanto em lojas como a Santa Isabel e a Paulista quanto nos pequenos cômodos do Mercado Velho de São Paulo, estes valores e práticas, como os conhecimentos populares sobre a saúde e a doença que apareceram durante a gripe espanhola de 1918, iriam sobreviver: ora incorporando e manipulando, de maneira muito singular, o saber científico (como fazia o senhor Adhemar Marques Teixeira), ora driblando um controle que procurava se impor em nome de uma verdade sobre as formas e fórmulas de preservar a saúde ou liquidar a doença (como faziam muitos vendedores de ervas).

---

<sup>15</sup> BERTUCCI, Liane Maria. Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002 (Tese de doutorado), p.236-238